

# PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 9/10 • 1993

DIRECTOR  
A. M. HESPANHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCITE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História  
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: «Monarchia de España», *Dialogo llamado Phelippino*, ms. da Biblioteca do Escorial.

© EDIÇÕES COSMOS  
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Fotolitos: Joerma - Artes Gráficas, Ldª  
Impressão: Litografia Amorim

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Fevereiro de 1993

Depósito Legal: 49152/91

ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: (1) 796 97 13

# O Pensamento Histórico de Francisco Manuel de Melo

**Maria Tereza Amado**

Departamento de História e Arqueologia da Universidade de Évora

Francisco Manuel de Melo, através das suas obras «históricas», «políticas» e «demonstrativas» (segundo a sua própria classificação<sup>1</sup>), foi dos autores que mais elementos nos deixaram sobre a conjuntura da Restauração.

E que características diferenciadas se podem encontrar nestes três tipos de obras? As «demonstrativas»<sup>2</sup> são um subgénero das políticas: procuram justificar a Restauração à opinião pública, portuguesa e europeia. Utilizando linguagem analítica numa análise objectiva, têm, no entanto, natureza circunstancial.

As obras políticas são prioritárias e estruturantes. Pretendem ensinar sobre a conservação do poder, que é entendido como construção artificial<sup>3</sup>, conseguido com trabalho<sup>4</sup>, mas redutível a leis, com valor tendencial, passível de aprendizagem. Versam factores concretos da realidade política, que assim é analisada como autónoma, com espessura própria, e adequado discurso, alheio ao jurídico ou teológico. Francisco Manuel de Melo é um teorizador da política prática, única forma válida de legitimação do poder.

As obras históricas, através da investigação rigorosa e análise da realidade política, servem ao entendimento dos mecanismos políticos, especialmente dos ocultos, permitindo distinguir as causas aparentes das reais, ajudando a dar inteligibilidade aos factos — daí a necessidade de recurso a vários planos de significação.

Se a crítica autonomiza o saber histórico (recusando a história-relato, narrativa linear e cronológica, a história-autoridade e a história ficção) também dá autonomia ao político.

Francisco Manuel de Melo já não concebe, pois, a História como os políticos-historiadores do século XVII, que a escrevem apologeticamente como história-ficção, elaborada sobre os interesses do presente, mas antes como construção rigorosa que, a partir desses interesses, e por eles perspectivada, enriquece o saber político. Se considera que ela ajuda a política a constituir-se como área autónoma, estando-lhe subordinada na função social, não deixa, pelo modo como analisa e elabora o discurso histórico, de lhe dar a autonomia específica.

Quanto à sua concepção de pensamento histórico, domina a consciência da produção histórica como *escrita sobre a realidade*. Isto significa que, por um lado, a vê como discurso, narração, que tem de obedecer a um conjunto de regras

previamente definidas pela retórica. E nos séculos XVI e XVII, a arte de narrar codifica todas as formas literárias. Os factos têm de ser expostos de forma adequada e conveniente. Mas, por outro lado, o discurso histórico já não se reduz a um simples género narrativo. É um discurso representativo do real, só interessa ao serviço político se estiver em correspondência com a realidade social de que trata. Daí a necessidade da construção e análise rigorosa de que falámos. Assim, a consciência da produção histórica, nesta dupla vertente, parece-nos dos aspectos mais inovadores do seu pensamento.

Em termos de orgânica e de elaboração, as suas obras históricas assentam numa construção discursiva que tem por base um sistema altamente codificado de regras, que são ou enunciadas pelos retóricos renascentistas ou já regras que os perceptistas adaptaram à realidade histórica, escrevendo assim os primeiros tratados peninsulares de história<sup>5</sup>.

Analisando comparativamente as obras de Francisco Manuel de Melo com a dos referidos tratadistas, verificamos que ele tem uma maior consciência da complexidade do processo de conhecimento histórico, pois, se concretiza em termos de discurso as regras por eles enunciadas — daí os tratados de história e de retórica do século XVI e XVII serem imprescindíveis na descodificação do seu discurso — já não vê a produção histórica apenas do ponto de vista formal, considerando essencial a definição da concepção, da perspectiva e dos caminhos seguidos na elaboração das narrativas históricas.

Este enunciar dos princípios e dos processos que estão na base daquela construção, permitindo ao leitor avaliar as condições em que foi investigada a *verdade*, e portanto avaliar da própria *verdade*, corresponde a uma consciência crítica e distanciada, quanto à criação histórica, e a uma acção pedagógica, a favor do espírito reflexivo, em relação ao leitor — características do pensamento moderno. Por outro lado, através da informação e da exposição sistemática de condições e de razões que o levaram à sua interpretação, cria junto dos leitores mecanismos que os preparam para aceitar a verdade do autor. O seu discurso ganha força impositiva, que se reforça também com o tratamento do leitor por tu (fórmula usada por autores barrocos, que pretendem aproximar e envolver o leitor, fazendo história-lição, v. g. Gracian); e com o apelo à sua co-autoria<sup>6</sup>.

Esta atitude revela espírito moderno, quer pela visão da verdade como realidade inesgotável (os mesmos factos permitem novas perspectivas) quer pelo sentido prático com que pretende utilizar essa verdade. Neste aspecto, Francisco Manuel de Melo confirma a sua posição, noutras vezes manifestada, de que a História deve servir à vida: cada leitor, no próprio acto da leitura, irá construindo com ele a verdade histórica, enriquecendo a visão do autor com novos elementos resultantes, quer da sua própria experiência quer das suas necessidades. Assim, considera que a criação histórica não é puramente individual, mas deve ter dimensão social, o que lhe permitirá uma projecção cultural e social mais ampla e complexa. Torna-se realidade *humana e social*, útil «aos presentes e vindouros», na perspectiva de *nova acção*

*política*; permite ver para além dos factos, é inteligibilidade, que projecta nas coisas públicas futuras a «*claridade ganha no estudo das passadas*».

A sua noção de utilidade exige rigor no conhecimento histórico, sinónimo de verdade, que exige igualmente o conhecimento da realidade positiva e negativa. Só assim se poderá preservar uma memória que sirva à finalidade da História. Daí que escolha tratar de assuntos sobre os quais ninguém escrevera, caídos no esquecimento, ou aspectos mal tratados por outros autores.

E qual o seu método?

A noção de documento é a base da sua prática de investigação, iniciando todas as suas obras com informação do conjunto documental utilizado, e da sua origem, referindo, nomeadamente, o recurso a papéis, que guardara, na presunção de que poderiam vir a ser fonte documental. Não fazendo história geral, escolhe os documentos em função da perspectiva da vida pública e da doutrina, seleccionando-os, finalmente, segundo o tema escolhido.

Para análise da informação de que dispõe segue o princípio de Tacito: «sina ira et studio», dando importância primordial àquilo que conhece pela sua própria experiência. Por considerar que o melhor documento é a participação directa, prefere recorrer ao estudo de acontecimentos recentes, porque é mais ampla a riqueza de informação; porque a interpretação, sendo de factos mais próximos do presente, é mais segura e mais completa; e ainda porque é mais fácil extrair-lhes a lição a adaptar às necessidades futuras. Face às dificuldades no estabelecimento de uma heurística, escolhe a História recente, também por lhe facilitar o exercício do rigor, aliás, na linha tradicional da história-política.

Praticamente todas as suas obras são sobre assuntos em que participou directa e, por vezes, intensamente. Ao longo dos seus textos invoca, com muita frequência, o seu conhecimento pessoal dos factos narrados e o entendimento profundo das situações. Este critério de *autoridade pessoal* está ligado à sua ideia das possibilidades de compreensão da realidade política: a *participação* de um sujeito qualificado é a via mais segura para a apreensão, entendimento e explicação dos factos. Está também aqui implícito um juízo de autocapacidade de Francisco Manuel de Melo que, se é resultado de uma personalidade por si mesma afirmativa, deriva também da ideia de que a garantia de um idóneo estudo e reflexão é o melhor caminho para alcançar a *verdade*: «entre lo dudoso busco lo mas seguro».

Quanto aos outros tipos de documentação, valoriza em primeiro lugar as fontes directas, que consultou, analisou e considerou idóneas, transcrevendo-as muitas vezes. Só depois considera a informação dada por outros autores e obtida através de documentos que não pôde verificar. Sujeita essas informações a uma análise cuidadosa e distancia-se delas, embora informando da sua existência, quando considera que não reúnem todas as condições de credibilidade, independentemente da qualidade do seu autor<sup>7</sup>.

Desta atitude, em relação à utilização dos documentos para elaborar história, resulta a distinção entre facto verdadeiro e facto verosímil, sendo clara a sua

preocupação em, por simples aceitação da lógica interna dos factos, não confundir verosimilhança com verdade — problema fundamental das artes narrativas e históricas nos séculos XVI e XVII.

Por tudo isto, se a História moderna resulta da superação da história-poética e da história sagrada, devido à fundamentação de um corpo rigoroso de fontes documentais, tendendo a reduzir-se à história humana, Francisco Manuel de Melo parece ser um dos seus fundadores. É-o ainda pela noção, que revela possuir, da importância do elemento historiador na construção da História, antecipando assim o período (século XVIII) em que Lentini<sup>8</sup> considera ter surgido essa consciência. Se é o historiador que define a perspectiva, o modo de abordagem e a análise das fontes, a História é uma construção que, afastando-se da história-memória, integra como instrumento a memória, tendo em vista a elaboração de uma memória colectiva. Assim, a palavra memória ganha dois sentidos: o de memória fixação-recordação; e o de consciência do passado, elaboração feita sobre os dados da memória fixação-recordação, para ser projectada no futuro, constituindo a memória colectiva, ou para ela contribuindo. Esta distinção é nítida quando assume a atitude de construção da História, ou na simples preocupação, frequentemente manifestada, de transmitir dados que sirvam à futura história-construção (é, por exemplo, o caso da tentativa de organizar uma biblioteca portuguesa).

É a memória fixação-recordação, trabalhada pelo elemento seleccionante ou abstractivo que é a razão — de que resulta uma memória seleccionada — que, em consequência de nova elaboração racional<sup>9</sup>, chega à história-construção, que é memória colectiva.

Esta dá aos governantes a informação, que uma vez adaptada às novas circunstâncias, permitirá conveniente entendimento e acção do presente e do futuro<sup>10</sup>.

Este esquema que Francisco Manuel de Melo apresenta em todas as suas obras históricas (com excepção da *Relação dos Sucessos que a Armada...*<sup>11</sup>), estrutura uma história-construção onde é determinante o papel do historiador e também do leitor, na medida em que é agente de acção originada na assimilação do texto histórico. Este processo de história-racional é, aliás, manifestado no título *Epanáforas* (que significa, originariamente, estabelecimento de relação, sujeição a um juízo superior) *De Varia História* — título que sugere a ideia de um conjunto de estudos monográficos, mas integrados num âmbito comum, tudo sujeito ao juízo da opinião pública. Quer a definição de Francisco Manuel de Melo, quer a concretização que dá às várias relações que integram as epanáforas, quer ainda a própria consideração da etimologia, reforçam a ideia de que ele selecciona os elementos com que constrói a sua narrativa, segundo perspectivas previamente determinadas; e confirmam o que pode ser considerado mais um sinal de modernidade: a sua capacidade de relacionar, de inserir contextos vários, de diversas amplitudes. Cada obra tem o seu nível de inteligibilidade e de autonomia, é vista como um todo, mas também como parte de um todo maior, ganhando assim outro nível de significação, ao estabelecerem-se mais amplas relações.

As epanáforas têm uma temática única: a política, tomada em sentido amplo, mas subdividida em acção política, em sentido estrito<sup>12</sup>; acção militar<sup>13</sup>; acção militar e diplomática<sup>14</sup>; acção político-militar<sup>15</sup> e expansão territorial<sup>16</sup>. A intenção de mos-trar que cada relação é uma obra com existência própria, autónoma, está bem expressa na forma gráfica por ele escolhida quando mandou imprimir os textos: a dimensão e o destaque do título, a indicação de autoria, a dedicatória, são não de um capítulo de livro mas de um texto único. E a dedicatória inicial, ao rei Afonso VI, para além da própria de cada relação, mostra a intenção de relacionar e de articular globalmente as várias obras.

A realização deste tipo de história só é possível num universo de pequena escala, redutível a uma malha de relações controláveis pela razão. Escolhe um aspecto particular da realidade histórica, procede à sua análise em profundidade e, com os novos dados resultantes dessa análise, estabelece um universo que organiza em círculo. Aplica o mesmo esquema monográfico e idêntico processo de análise a outros sectores da realidade histórica, estabelecendo novos círculos de conhecimento. Encontrando aspectos comuns nas matérias dos vários estudos monográficos — zonas tangenciais ou de interpenetração dos vários círculos de investigação — alcança, por via indutiva, áreas de conhecimento mais gerais. Assim se consegue a *verdade histórica*, que não é já a narrativa integral dos acontecimentos mas uma compreensão articulada das suas causas próximas e longínquas.

Se os agentes históricos são os homens, e se ele vê os homens como seres com liberdade, passíveis, perante uma situação, de um número muito variado de acções; e se o seu objectivo final, ao elaborar História, é ensinar a governar, Francisco Manuel de Melo não se limita a dizer o que aconteceu, centrando a sua análise nos agentes do poder de decisão e na concretização desse poder, em sucessão linear dos factos. Antes, vai mostrando, em cada caso, como, ao lado da solução encontrada existiam várias outras soluções potenciais. Apresenta assim a noção de possibilidade no encadeado dos factos, mostrando como os seus desfechos (que na sua obra, em resultado da conjuntura histórica tratada são geralmente negativos) teriam variado se, nesse processo, tivessem sido introduzidos outros elementos.

Tem a clara consciência da distância entre a realidade histórica e o historiador: não descreve a realidade, escreve sobre a realidade. Esta visão do encadeado dos factos, segundo um sistema de relações e de possibilidades, traz ao estudo da História uma nova capacidade de explicação do processo histórico, por não se limitar a relatar o sucedido e a explicar das razões, mostrando já o quadro de possibilidades do acontecer. Esta capacidade de ver a realidade fora dela é possível devido ao grau de pensamento abstracto e relacional de Francisco Manuel de Melo. Ele realiza assim, no século XVII, o esquema de elaboração da História que Benrekassa<sup>17</sup> diz ter sido conquistado no século XVIII, com o conceito de causalidade global.

Voltando à Restauração: qual a função social do pensamento político e histórico de Francisco Manuel de Melo?

Em *Obras Morales*, editadas em Lião, em 1663, inventaria os seus escritos. Conhecemos hoje apenas 1/3 deles. Julgamos que a referência, no seu inventário, a

obras «não estampadas» não permite que se conclua pelo não conhecimento dos seus textos manuscritos, pois no século XVII as cópias manuscritas de livros impressos e as cópias manuscritas circulam paralelamente com os livros impressos. No caso deste autor, conhecem-se vários exemplares manuscritos de alguns dos seus trabalhos, aliás quase sempre por ele próprio oferecidos. Por isso, e considerando que o sector senhorial cortesão português não era muito vasto, pode admitir-se ser a sua obra razoavelmente conhecida.

Mas esse inventário permite verificar que a maioria das suas obras políticas e históricas, apesar de encomendadas pelo poder central, não foi publicada. Talvez por se situarem numa linha de autonomia ainda com pouco eco em Portugal. Inserem-se, no entanto, numa corrente de discursos políticos pragmáticos já definida e com espaço próprio em Castela.

Os géneros que, em Portugal, merecem os favores da impressão são os discursos académicos, as poesias e as obras morais.

Concluindo, em termos de pensamento social, consideramos que Francisco Manuel de Melo, para a manutenção da ordem da nobreza, a que pertence, preconiza uma série de modificações que alterariam muito a realidade política existente. O seu grau de consciência social, manifestado pela força com que concretiza, das mais variadas maneiras, a defesa da manutenção da ordem tradicional, definindo e planificando os ajustamentos necessários a essa manutenção. Trata-se da defesa de um poder que exige a reorganização da estrutura interna da nobreza, a renovação das suas funções tradicionais, de modo a que ela possa responder às novas realidades e assim se justificar socialmente e continuar dominante.

No entanto, as soluções políticas, administrativas, militares e diplomáticas, que preconiza, conduziriam à fortificação do poder central. Daí a pequena receptividade do seu pensamento no contexto da Restauração.

<sup>1</sup> *Obras Morales*, Roma, Falco y Varesio, 1664, p.n.n..

<sup>2</sup> *Astrea Constante...*, Bib. Nac. Lisboa, cod. 8577, fl. 85-115.

*El Pueblo Lusitano*, Bib. Nac. Lisboa, cod. 8577, fl. 117-130.

<sup>3</sup> *História de los Movimientos, separacion y guerra de Cataluna...*, Madrid, Real Academia Española, 1912, p. 85.

<sup>4</sup> «Declaracion, que por el Reyno» in *Papeis da Restauração*, Porto, Pub. Fac. Letras do Porto, 1969, vol. 2, p. 108.

<sup>5</sup> V. g. Cabrera de Cordoba, Luis, *De Historia, para entenderla y escribirla*, Madrid, Luis Sanchez, 1611.

Céspedes, Baltasar, *Discursos de las Letras Humanas*, Madrid, Antonio Fernandez, 1784.

San José, Geronimo de, *Genio de la História*, Zaragoza, Diogo Dormer, 1651.

Sanctayana, Rodrigo de, *Arte de Retórica...*, Madrid, Guilherme Drony, 1578.

<sup>6</sup> *Historia de los Movimientos...*, op. cit., p. 13-14.

<sup>7</sup> «Descobrimento da ilha da Madeira». Anno 1420. Epanáfora Tragica Segunda.» in *Epanáforas De Varia História*, Lisboa, INCM, 1977, p. 344.

<sup>8</sup> Lentini, G.G., *Storia Della Storiografia Moderna*, Roma, Bulzoni, 1972, p. 13.

## ESTUDOS

- <sup>9</sup> Borghero, Carlo, *La Certeza E La Storia*, Milão, Franco Angeli, 1983, pp. 28-30, 323.
- <sup>10</sup> *Epanáforas De Varia História*, op. cit., p. 120.
- <sup>11</sup> *Relaçam dos Sucessos da Armada*, Lisboa, Off. Craesbeeckiana, 1650.
- <sup>12</sup> *Epanáfora Política*.
- <sup>13</sup> *Epanáfora Trágica*.
- <sup>14</sup> *Epanáfora Bélica*.
- <sup>15</sup> *Epanáfora Triunfante*.
- <sup>16</sup> *Epanáfora Amorosa*.
- <sup>17</sup> Benrekassa, Georges, *La Politique et sa Mémoire. Le politique et l'historique dans la pensée des Lumières*, Paris, Hachette, 1976.